

OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA TERAPIA DE REVERSÃO SEXUAL (CURA GAY) EM CONTEXTOS RELIGIOSOS: violação dos direitos humanos e o desenvolvimento do transtorno de estresse pós-traumático¹

THE PSYCHOLOGICAL IMPACTS OF SEXUAL REVERSAL THERAPY (GAY CURE) IN RELIGIOUS CONTEXTS: violation of human rights and the development of post-traumatic stress disorder

BARBOSA, Ana Flávia Cardoso²

PASCOAL, Nathália Veiga³

SOBRAL, Osvaldo José⁴

RESUMO

O presente artigo analisa os impactos psicológicos, sociais e éticos da terapia de reversão sexual em pessoas LGBTQIAPN+, com foco em contextos religiosos conservadores. Historicamente, a homossexualidade foi patologizada, sendo classificada como desvio clínico, prática que encontrou respaldo em manuais diagnósticos como DSM e CID, e sustentou intervenções corretivas até a década de 1990. Apesar da despatologização e da proibição de tais práticas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), discursos e terapias de conversão persistem, frequentemente articulando argumentos científicos, jurídicos e religiosos para legitimar a repressão da sexualidade. Tais intervenções são associadas a sofrimento psíquico significativo, incluindo depressão, ansiedade, conflitos identitários, ideação suicida e sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, sendo agravadas pela instrumentalização da espiritualidade como mecanismo de controle. Esta pesquisa evidencia que essas práticas configuram formas de violência simbólica e institucional, disfarçadas de cuidado, e reafirmam padrões cis-heteronormativos, desrespeitando direitos humanos e princípios éticos da Psicologia. Conclui-se que a atuação profissional comprometida com direitos humanos, políticas públicas inclusivas e acolhimento da diversidade sexual e de gênero é central para prevenir danos e fortalecer a saúde mental de indivíduos LGBTQIAPN+. O estudo reforça a importância da ética, da ciência e da ativação de redes de proteção social e religiosa como ferramentas de enfrentamento dessas práticas.

Palavras-chave: terapia de reversão sexual; impactos psicológicos; cura gay; direitos humanos; Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT).

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Mais - UniMais, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharéis em Psicologia, no segundo semestre de 2025.

2 Discente do 10.º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Mais - UniMais. E-mail: anabarbosa@aluno.facmais.edu.br

3 Discente do 10.º Período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Mais - UniMais. E-mail: nathaliap@aluno.facmais.edu.br

4 Professor-Orientador: Psicólogo. Especialista em Docência Universitária. Mestre em Educação. Docente do Centro Universitário Mais - UniMais. E-mail: osvaldojose@facmais.edu.br

ABSTRACT

This article analyzes the psychological, social, and ethical impacts of sexual orientation conversion therapy on LGBTQIAPN+ individuals, with a focus on conservative religious contexts. Historically, homosexuality was pathologized, classified as a clinical deviation, and endorsed in diagnostic manuals such as the DSM and ICD, justifying corrective interventions until the 1990s. Despite its depathologization and the prohibition of such practices by the Federal Council of Psychology (CFP) in Brazil, conversion therapies persist, often using scientific, legal, and religious arguments to legitimize sexual repression. These interventions are associated with significant psychological suffering, including depression, anxiety, identity conflicts, suicidal ideation, and post-traumatic stress disorder symptoms, exacerbated by the instrumentalization of spirituality as a control mechanism. The research demonstrates that these practices constitute forms of symbolic and institutional violence, disguised as care, and reinforce cis-heteronormative patterns, violating human rights and ethical principles of psychology. It is concluded that professional practice committed to human rights, inclusive public policies, and the acceptance of sexual and gender diversity is central to preventing harm and promoting the mental health of LGBTQIAPN+ individuals. The study emphasizes the importance of ethics, scientific rigor, and the activation of social and religious support networks as essential tools for confronting these harmful practices.

Keywords: sex reversal therapy; psychological impacts; gay cure; human rights; Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD).

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como delimitação do tema os impactos psicológicos da terapia de reversão sexual, popularmente conhecida “cura gay”, em contextos religiosos, configurando violação dos direitos humanos, com possibilidade de desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).

Para tanto, o projeto de pesquisa que originou este TCC partiu da seguinte questão-problema: Quais são os impactos psicológicos da exposição de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-Binaries e mais (LGBTQIAPN+) a práticas de reversão sexual em contextos religiosos – especialmente no que se refere ao desenvolvimento de sintomas compatíveis com o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) – e de que maneira tais práticas configuram violações aos direitos humanos fundamentais?

Para responder a esta problematização foi proposto o objetivo geral de analisar os impactos psicológicos e identitários da terapia de reversão sexual em pessoas LGBTQIAPN+ inseridas em contextos religiosos, evidenciando de que forma tais práticas constituem violações aos direitos humanos e afrontam os princípios éticos das ciências psicológicas. E, ainda, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) investigar os efeitos emocionais, cognitivos e comportamentais decorrentes da exposição a práticas de reversão sexual em ambientes religiosos, com ênfase na manifestação de sintomas compatíveis com o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT); 2) analisar os mecanismos discursivos e normativos que

sustentam e legitimam essas práticas, considerando o papel dos discursos religiosos e terapêuticos na estigmatização das identidades LGBTQIAPN+; e, 3) discutir os desafios e perspectivas para a formulação e implementação de políticas públicas que garantam a proteção dos direitos humanos e promovam a saúde mental da população LGBTQIAPN+.

Nessa perspectiva, foi elaborada a hipótese de que as pessoas do segmento populacional LGBTQIAPN+, quando submetidos a terapias de reversão sexual em contextos religiosos, experimentam consequências psicológicas severas, com significativa incidência de sintomas compatíveis com o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), como ansiedade persistente, hipervigilância, dissociação, revivescência de memórias traumáticas e pensamentos intrusivos.

Esses efeitos são agravados por sentimentos de culpa, baixa autoestima, fragmentação identitária, depressão e ideação suicida. Ao imporem coercitivamente a adesão a padrões cis-heteronormativos, essas práticas configuram violações sistemáticas dos direitos humanos porque negam o direito à livre expressão da sexualidade e da identidade de gênero.

A violência se manifesta tanto no plano simbólico, por meio da estigmatização e deslegitimação das identidades dissidentes, quanto no plano institucional, tendo em vista que contraria princípios fundamentais estabelecidos por organismos internacionais, como a Declaração Ministerial da Organização das Nações Unidas (ONU, 2013), e por normativas nacionais, como a Resolução n.º 001, de 22 de março de 1999, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999).

Para responder à questão-problema, alcançar os objetivos propostos e confirmar essa hipótese, como percurso metodológico adotou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que se buscou aprofundar o entendimento de um fenômeno complexo, e ainda pouco abordado sob determinadas perspectivas, bem como descrever seus efeitos psicológicos e sociais com base na literatura existente.

Para tanto, o método adotado foi a pesquisa qualitativa realizada mediante uma revisão bibliográfica, com análise crítica de artigos científicos, livros, além de documentos oficiais e relatórios de organismos nacionais e internacionais. As demais fontes foram selecionadas a partir de bases acadêmicas reconhecidas, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Periódicos, Google Acadêmico.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa foram fichamentos analíticos, organizados segundo categorias previamente definidas, e análise técnica de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Assim, o processo analítico foi dividido em três etapas principais: 1. pré-análise, mediante a realização de uma leitura flutuante dos materiais selecionados, com a definição de categorias temáticas iniciais que orientem a análise posterior; 2. exploração do material, por intermédio da codificação e categorização dos conteúdos relevantes, agrupando os dados em torno dos eixos previamente estabelecidos; 3. tratamento dos resultados, inferência e interpretação, por meio da análise crítica dos dados categorizados, buscando identificar padrões, relações e sentidos subjacentes, sempre orientados pela perspectiva crítica.

Dessa maneira, a metodologia adotada teve como intuito garantir uma abordagem ética, crítica e rigorosa, contribuindo para a produção de conhecimento relevante sobre a saúde mental e os direitos fundamentais da população LGBTQIAPN+. Nessa proposição, foram investigadas as obras dos seguintes autores: Butler (2003); Dametto e Schmidt (2015); Fróes, Bulgarelli e Fontgland (2022); Gama

(2019); Garcia e Mattos (2019); Gonçalves (2019); Macedo e Sívori (2018); Miskolci (2012); Nabero *et al.* (2024); Peres, Simão e Nasello (2007); entre outros.

E, nesta configuração, este artigo científico de revisão narrativa foi desenvolvido mediante a seguinte estruturação: a homossexualidade; terapia de reversão sexual; pseudo ciência, coerção e violência simbólica; análise filmica: *Boy Erased*; análise filmica: *Pray Away*; e as considerações finais.

2. A HOMOSSEXUALIDADE

Historicamente, a homossexualidade foi enquadrada como uma anomalia clínica, um desvio a ser corrigido por meio de abordagens médico-psiquiátricas. Esse processo de patologização encontrou respaldo em discursos científicos que marcaram profundamente as práticas institucionais. Segundo Garcia e Mattos (2019), a inclusão da homossexualidade no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e na Classificação Internacional de Doenças (CID) legitimou intervenções corretivas sob a alegação de tratamento, sustentando uma lógica excludente e coercitiva que perdurou até a década de 1990.

Obras como *Psychopathia Sexualis* exemplificam como a psiquiatria e a medicina contribuíram para enquadramentos que justificavam intervenções corretivas. A retirada formal da homossexualidade de manuais diagnósticos (primeiramente promovida por associações norte-americanas e consolidada internacionalmente com a exclusão nos catálogos formais) representou um ponto de inflexão importante: a *American Psychiatric Association* (APA) removeu a homossexualidade de seu Manual, em 1973, e a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de classificar a homossexualidade como transtorno na revisão da CID em 1990. Esses marcos institucionalizam a mudança epistemológica que desligou a orientação sexual do elenco de transtornos mentais.

A despatologização formal, contudo, não significou o fim das práticas e discursos patologizantes. Em muitos ambientes clínicos, religiosos e jurídicos inclusive em contextos democráticos, persistem vestígios dessa tradição: psicólogos e outros agentes podem, por convicção religiosa ou por leitura distorcida da ciência, reproduzir discursividades que tratam a diversidade sexual como problema a ser corrigido.

No Brasil, por exemplo, o CFP emitiu a Resolução n.º 001/1999 para regulamentar a atuação profissional frente à questão da orientação sexual, afirmando que a homossexualidade não constitui doença ou perversão e, desse modo, proibiu práticas que proponham sua “cura”. Essa norma tornou-se referência ética nacional, embora sua aplicação enfrente resistências políticas e judiciais em determinados momentos.

Apesar da retirada da homossexualidade dessas classificações diagnósticas, discursos patologizantes persistem na sociedade e em algumas práticas clínicas e religiosas. Macedo e Sívori (2018) demonstram como “psicólogos cristãos” têm defendido publicamente o direito de oferecer terapias de reversão sexual, mesmo diante da Resolução n.º 001 (CFP, 1999), que proíbe tais práticas. Esses profissionais articulam-se estrategicamente entre os campos científico, jurídico e religioso para legitimar a repatologização da homossexualidade sob uma retórica de “liberdade religiosa” e “liberdade de escolha”.

A relação entre religião e práticas de reversão sexual é um ponto central para compreender a persistência da chamada “cura gay”. Gonçalves (2019) ressalta que a controvérsia pública quanto à Resolução n.º 001 (CFP, 1999) expressa disputas

simbólicas em torno da moralidade sexual. As terapias de conversão, frequentemente promovidas por lideranças religiosas, buscam "reorientar" a sexualidade de pessoas LGBTQIAPN+ por meio de discursos espirituais que naturalizam a heterossexualidade como norma.

Essas práticas são especialmente danosas por se apresentarem como formas de cuidado, mas operam por meio de coerção simbólica e espiritual, desrespeitando a autodeterminação subjetiva e os direitos humanos. Gonçalves (2019) argumenta que a judicialização dessas práticas, como no caso da psicóloga Rozângela Justino, revela como o aparato jurídico tem sido utilizado para tentar flexibilizar a atuação profissional de psicólogos contrários às normativas éticas da Psicologia.

As práticas de conversão sexual causam graves consequências para a saúde mental das pessoas LGBTQIAPN+, sobretudo quando impostas em contextos religiosos. Garcia e Mattos (2019) apontam que tais intervenções podem gerar ou intensificar sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), depressão, ansiedade, culpa, dissociação, ideação suicida e conflitos identitários profundos. O sofrimento é agravado pela internalização da homofobia, especialmente quando a espiritualidade – potencial promotora de bem-estar – é manipulada como mecanismo de repressão da sexualidade.

Esse entendimento está em consonância com as percepções de Macedo e Sívori (2018), que destacam como as intervenções religiosas voltadas à conversão sexual, mesmo quando voluntárias, operam dentro de um regime de moralidade coercitiva, pautado na culpa e na negação da identidade. O referencial de sofrimento que orienta esses processos se sustenta na ideia de que há algo a ser “curado”, promovendo um ciclo de violência simbólica e institucional.

A Resolução n.º 001 (CFP, 1999) é uma resposta ética e política às tentativas de medicalizar ou moralizar a diversidade sexual. Segundo Gonçalves (2019), a atuação do CFP é central na defesa de uma Psicologia pautada nos direitos humanos e na promoção da saúde mental, tendo em vista que busca impedir que práticas violentas sejam legitimadas como terapêuticas. A resolução também tem sido alvo de diversas ações judiciais, muitas delas sustentadas por parlamentares religiosos que buscam reverter seu efeito normativo por meio de Projetos de Decreto Legislativo (PDCs), como o PDC n.º 234 (Brasil, 2011) e o PDC n.º 4. 931 (Brasil, 2016).

Gama (2019) analisa os discursos parlamentares que tentaram sustar a resolução do CFP e evidencia a tensão entre a laicidade do Estado, a autonomia científica dos conselhos profissionais e a tentativa de setores religiosos de impor uma agenda moral na política pública. A autora destaca a importância do ativismo LGBTQIAPN+ e do movimento feminista na defesa da resolução e no enfrentamento das tentativas de legitimar a “cura gay” como forma de cuidado psicológico ou expressão de liberdade religiosa.

A patologização produziu, e continua a produzir, efeitos clínicos e sociais observáveis: aumento do risco de transtornos mentais, maior incidência de sintomas de ansiedade e depressão, conflitos identitários e risco aumentado de comportamento suicida em populações estigmatizadas.

Revisões sistemáticas e estudos epidemiológicos apontam para uma diferença consistente nos índices de sofrimento mental entre pessoas LGBTQIAPN+ e a população heterossexual. Essa diferença é atribuída, em grande parte, à exposição, ao estigma, à discriminação e à rejeição familiar/social.

Esses determinantes sociais da saúde mental explicam por que práticas destinadas a “corrigir” o sujeito podem, paradoxalmente, agravar seu estado psíquico.

A transformação institucional foi também produto da mobilização social: ativismos LGBTQIAPN+ pressionaram associações científicas e instâncias normativas a revisar posicionamentos e promover políticas de proteção. No plano jurídico, avanços recentes reconhecem direitos civis (por exemplo, uniões e adoção em vários países), enquanto nos conselhos profissionais surgem regulamentações que afirmam padrões éticos elementos que articulam ciência, ativismo e direito em favor da despatologização e da proteção.

3. TERAPIA DE REVERSÃO SEXUAL

A terapia de reversão sexual, popularmente conhecida como “cura gay”, refere-se a práticas de caráter clínico, religioso ou pseudocientífico voltadas à tentativa de modificar a orientação sexual de pessoas LGBTQIAPN+, com o intuito de alinhá-las a padrões cis-heteronormativos. Embora amplamente refutadas pela comunidade científica, tais práticas persistem em diferentes contextos socioculturais, notadamente naqueles fortemente marcados pela influência de doutrinas religiosas conservadoras.

As chamadas “Terapias de Reversão” – ou *Conversion Therapies/Sexual Orientation Change Efforts* (SOCE) – englobam um conjunto heterogêneo de práticas: intervenções psicoterápicas baseadas na premissa de doença; técnicas aversivas (históricas e hoje largamente condenadas); práticas religiosas de “oração”, exorcismo ou aconselhamento que visam “orientar” a sexualidade; e abordagens pseudocientíficas que combinam elementos comportamentais e espirituais. A heterogeneidade impede uma definição única, mas há consenso entre associações científicas: essas intervenções não demonstraram eficácia comprovada e oferecem potencial de dano (APA, 2009; PAHO, 2012; CFP, 1999).

A Organização das Nações Unidas (ONU), em sua Declaração Ministerial de 2013, classificou essas abordagens como formas de tortura psicológica e violência institucionalizada, por atentarem contra a dignidade humana, a integridade física e mental, a liberdade sexual e o direito à identidade de gênero (ONU, 2013).

No Brasil, a Resolução n.º 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) proíbe terminantemente que psicólogos se envolvam com práticas que proponham a “cura” da homossexualidade, reconhecendo que a orientação sexual não constitui doença, desvio ou transtorno (CFP, 1999).

Apesar dessas normativas, evidências recorrentes, reportagens jornalísticas e investigações acadêmicas revelam a persistência dessas intervenções, demonstrando como discursos médicos do século XIX, como os formulados por Krafft-Ebing⁵, ainda ecoam na atualidade. Segundo Dametto e Schmidt (2015), a obra *Psychopathia Sexualis* constituiu um marco na patologização da homossexualidade, ao enquadrá-la como perversão sustentada em argumentos morais e biológicos destinados a justificar a heteronormatividade.

Tais práticas se manifestam de maneira velada ou explícita, sobretudo em ambientes religiosos e redes de apoio pastoral, onde articulam discursos de salvação à promessa de “purificação” da sexualidade (Nabero *et al.*, 2024; Fróes; Bulgarelli;

5 Richard Von Krafft-Ebing “como professor nas universidades de Graz (1872-1889) e Viena (1889-1902) e trabalhando em muitos campos da psiquiatria, (...) foi um dos psiquiatras mais proeminentes da Europa Central e um importante especialista forense. Ele também foi um dos pais fundadores da sexologia médica e é lembrado hoje principalmente como o autor de *Psychopathia sexualis* e vários outros trabalhos sobre patologia sexual. A primeira edição do best-seller *Psychopathia sexualis*, que Krafft-Ebing escreveu, em primeira instância, para advogados e médicos que consideravam crimes sexuais no tribunal, apareceu em 1886” (Oosterhuis, 2012, p. 135).

Fontgaland, 2022). Esse cenário evidencia uma tensão latente entre a liberdade religiosa e a proteção dos direitos humanos fundamentais. Em contextos atravessados por interpretações dogmáticas da sexualidade, pessoas LGBTQIAPN+ são frequentemente submetidas a intervenções coercitivas que colocam em risco sua saúde mental.

As consequências psicológicas dessas experiências têm sido associadas a elevados índices de sofrimento psíquico, incluindo sintomas compatíveis com Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), depressão, ansiedade crônica, sentimentos de culpa, internalização da homofobia e ideação suicida (Garcia; Mattos, 2019).

Além de impactar diretamente os indivíduos, essas práticas perpetuam lógicas sociais excludentes, reafirmando a patologização da diversidade sexual e de gênero, mesmo após os avanços históricos rumo à despatologização da homossexualidade.

Conforme argumentam Miskolci (2012) e Butler (2003), o controle de corpos dissidentes opera como um mecanismo normativo sustentado tanto por instituições religiosas quanto por discursos terapêuticos que negligenciam os princípios éticos do cuidado. A apropriação indevida da espiritualidade como justificativa para intervenções coercitivas revela uma instrumentalização da fé que subverte os valores de liberdade e pluralismo religioso (Peres *et al.*, 2007).

4. PSEUDO CIÊNCIA, COERÇÃO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

A presente pesquisa se justifica pela urgência de denunciar, compreender e enfrentar práticas que violam os direitos humanos e comprometem gravemente a saúde mental de pessoas LGBTQIAPN+. Ainda que a homossexualidade tenha sido oficialmente despatologizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990, e que, no Brasil, a Resolução n.º 001 (CFP, 1999) proíba expressamente as chamadas terapias de reversão sexual, sua persistência, principalmente em ambientes religiosos conservadores, aponta para a existência de estruturas sociais que negam legitimidade às identidades dissidentes.

A ideia de voluntariedade deve ser problematizada: em contextos religiosos, familiares ou comunitários que punem a dissidência, a escolha por “terapia” muitas vezes é pressionada (condicionada por ameaça de exclusão, perda de rede de apoio ou promessa de salvação). Portanto, as análises éticas devem levar em conta a assimetria de poder e o papel dos dispositivos simbólicos (culpa, pecado e vergonha) na coação. Mesmo passagens “voluntárias” podem ocorrer em quadro de coerção simbólica, reduzindo o consentimento informado e aumentando o dano.

Pierre Bourdieu usou o termo violência simbólica para descrever a imposição de sistemas de classificação como naturais; a apresentação da heterossexualidade como norma naturaliza a exclusão de corpos dissidentes. Quando essa violência é institucionalizada, por meio de práticas que se escondem sob o rótulo de “cuidado”, o dano atinge dimensões múltiplas: subjetivas (identidade), relacionais (família/comunidade) e sociais (acesso a direitos). A manutenção de discursos que legitimam a “correção” sexual se constitui, assim, em forma de violência simbólica produzida por agentes clínicos, religiosos e estatais.

Como demonstram Garcia e Mattos (2019), a efetividade da Resolução do CFP encontra sérios obstáculos na prática cotidiana, especialmente em contextos nos quais o discurso religioso se impõe como norma moral. Um caso emblemático é o da psicóloga Rozângela Justino, que passou a oferecer atendimentos de “reorientação sexual” fundamentados em preceitos religiosos (Galvão, 2009). Em 2009, foi

formalmente advertida pelo CFP por violar princípios éticos ao submeter seus pacientes a práticas terapêuticas sem respaldo científico, afrontando o direito à autodeterminação e à diversidade sexual (CFP, 2009). O episódio revelou as tensões entre liberdade de crença e responsabilidade técnica no exercício da Psicologia, além de ilustrar como a religião pode ser mobilizada para legitimar intervenções coercitivas geradoras de sofrimento psíquico.

Estudos recentes de Fróes, Bulgarelli e Fontgaland (2022) e Nabero *et al.* (2024), indicam que pessoas submetidas a terapias de reversão apresentam maior propensão a desenvolver sintomas graves de sofrimento mental, tais como depressão, ansiedade, conflitos identitários, ideação suicida e sintomas típicos de TEPT. Nesse contexto, a chamada “cura gay” configura-se não apenas como uma falha ética e clínica, mas como uma forma sistemática de violência simbólica e institucional, travestida de cuidado terapêutico, que perpetua a exclusão, a homofobia e a imposição de uma normatividade cis-heterossexual.

Historicamente, as ciências psicológicas e psiquiátricas foram protagonistas na construção da homossexualidade como anomalia, como evidencia a análise de Dametto e Schmidt (2015) sobre a obra *Psychopathia Sexualis*, em que Krafft-Ebing associa o desejo homoafetivo a degenerações hereditárias, masturbação precoce e falhas no desenvolvimento psicosssexual. Essas classificações legitimaram práticas de internação e intervenções corretivas, cujos ecos ainda se fazem presentes. Apesar dos avanços em direção a uma Psicologia fundamentada nos direitos humanos, resíduos dessa tradição patologizante persistem em discursos e práticas, muitas vezes sustentados por argumentos morais ou religiosos.

Miskolci (2012) afirma que tais práticas integram uma lógica de normalização que visa ao controle de corpos e subjetividades dissidentes, sendo reproduzidas inclusive em contextos terapêuticos que deveriam acolher e respeitar a pluralidade. A instrumentalização da espiritualidade, nesse cenário, intensifica os danos.

Embora a dimensão espiritual possa ser promotora de saúde mental quando respeita a liberdade de crença (Peres; Simão; Nasello, 2007), sua utilização como mecanismo de repressão converte o espaço terapêutico em ambiente de coerção e violência simbólica.

Combater a pseudociência e a coerção simbólica exige estratégias integradas: formação crítica profissional (educação continuada que inclua ética, direitos humanos e evidência científica), campanhas educativas que desnaturalizam a patologização, e marcos legais que protejam vulneráveis (leis que proíbam a terapia de reversão sexual). Relatórios internacionais recomendam também a implementação de serviços de acolhimento e reabilitação para sobreviventes de práticas de conversão.

5. ANÁLISE FÍLMICA: *Boy Erased*

O cinema, enquanto expressão cultural, tem se configurado como um espaço de denúncia e reflexão acerca de práticas discriminatórias e abusivas contra pessoas LGBTQIAPN+. O filme *Boy Erased* (2018), dirigido por Joel Edgerton, é um exemplo significativo dessa representação. Baseado no livro de memórias de Garrard Conley, a obra dramatiza a experiência de um jovem submetido, contra sua vontade, a um programa religioso de “terapia de conversão”, evidenciando os impactos psicológicos e sociais dessa prática.

A narrativa acompanha Jared Eamons, personagem inspirado na trajetória de Conley, que enfrenta um processo de repressão identitária dentro de um contexto religioso conservador. Na trama, Jared é retratado a partir da ótica de um incômodo

peçoal e cultural, principalmente por ser de uma família tradicional religiosa nos Estados Unidos da América (EUA), onde seu pai é pastor de uma congregação batista.

Jared passa por algumas experiências homoafetivas escondidas durante a faculdade, porém tem sua sexualidade exposta aos seus pais quando é violentado sexualmente por um colega. Ao relatar a seu pai o ocorrido, Jared é enviado a um programa de conversão sexual chamado *Love in Action*. O programa é liderado por Victor Sykes, que emprega práticas rígidas e coercitivas nos jovens que aderem ao programa.

O longa-metragem expõe como tais programas buscam apagar a identidade sexual por meio de violência simbólica, coerção moral e culpabilização. Eles são submetidos a práticas humilhantes, que vão desde a culpabilização da família até rituais simbólicos de exorcismo do “comportamento homossexual”. Essas características coincidem com relatos documentados em estudos científicos, que descrevem sintomas recorrentes entre sobreviventes dessas práticas, como vergonha internalizada, ansiedade, depressão, ideação suicida e isolamento social (Drescher, 2016; Haldeman, 2002).

À medida que os abusos aumentam, Jared encontra forças, até mesmo entre seus colegas no programa, para confrontar essa lógica da “cura” e rejeitar a imposição de negar quem ele é. Com apoio de sua mãe, ele abandona o programa e decide se afastar do controle de seu pai. Esse ato representa a busca pela liberdade, autenticidade e dignidade humana.

Do ponto de vista estético, a obra opta por uma fotografia sóbria e minimalista, reforçando a sensação de vazio e repressão vivida pelo protagonista. Os *closes* constantes sobre seu rosto evidenciam a vulnerabilidade e a dor interna, enquanto o ambiente familiar e religioso reforça a dualidade entre amor condicional e rejeição. A abordagem cinematográfica, portanto, não apenas narra uma história individual, mas também simboliza a experiência coletiva de jovens que sofreram violações semelhantes.

O filme também dialoga diretamente com a perspectiva dos direitos humanos. Ao mostrar a trajetória de Jared, denuncia-se a violência institucionalizada das terapias de reversão, prática condenada por entidades internacionais de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012), a Associação Americana de Psicologia (APA, 2013) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999). Assim, *Boy Erased* (2018) ultrapassa o campo artístico e se constitui como um recurso cultural de resistência, sensibilizando o público sobre os danos psicológicos e sociais dessas práticas.

Dessa maneira, a obra contribui para ampliar o debate público e legitimar, no imaginário social, o reconhecimento da terapia de conversão como uma violação da dignidade humana. Além de ilustrar os impactos individuais do abuso, a narrativa reafirma a urgência de políticas públicas e medidas éticas que assegurem a proteção integral da população LGBTQIAPN+.

6. ANÁLISE FÍLMICA: *Pray Away*

Complementando a reflexão proposta em *Boy Erased* (2021), o longa-metragem *Pray Away* (2021), que é um documentário dirigido por Kristine Stolakis, aprofunda o debate sobre as práticas de “terapia de conversão”, desta vez a partir de

um registro documental e testemunhal. A obra apresenta relatos de ex-líderes e sobreviventes do movimento “ex-gay”, responsáveis por difundir a crença de que a orientação sexual ou identidade de gênero poderiam ser modificadas por meio da fé, da disciplina e da negação do desejo. Ao reunir histórias pessoais, materiais de arquivo e depoimentos de antigos membros da organização *Exodus International*, o documentário revela o caráter sistemático, político e psicológico das violências produzidas por tais práticas.

Sob uma perspectiva psicológica, Pray Away (2021) evidencia as consequências subjetivas da repressão identitária e do discurso religioso patologizante. Os relatos convergem em torno de sentimentos de culpa, vergonha, autodepreciação e medo, frequentemente acompanhados de sintomas de ansiedade, depressão e ideação suicida, elementos amplamente reconhecidos pela literatura científica sobre os efeitos da terapia de conversão (Drescher, 2016; Haldeman, 2002; Flentje *et al.*, 2013). Tais experiências são expressão de um processo de dissonância cognitiva e identitária, em que a pessoa é levada a rejeitar partes essenciais de si mesma para se adequar a normas morais impostas.

A partir dessas análises, o documentário permite compreender que essas práticas configuram experiências potencialmente traumáticas, capazes de gerar feridas psíquicas profundas e persistentes. Segundo Brown e Brown (2020), a exposição prolongada à rejeição e à vergonha internalizada em contextos religiosos pode provocar sintomas de estresse pós-traumático, fragmentação do self e dificuldades na construção de vínculos afetivos. Essa dimensão é ilustrada pelos depoimentos de pessoas que, mesmo após o término das terapias, continuam lutando contra a culpa e a sensação de inadequação.

Do ponto de vista ético e político, Pray Away (2021) contribui para desmistificar a narrativa de “cura” e reforça o consenso internacional de que práticas de conversão sexual violam direitos humanos e princípios fundamentais da Psicologia. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012), a Associação Americana de Psicologia (APA, 2013) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999) condenam essas práticas por reconhecerem seu potencial de dano psicológico e social. Nesse sentido, a obra documental além de denunciar uma realidade de sofrimento, propõe uma reflexão sobre a responsabilidade institucional e profissional na perpetuação dessas violências.

Em termos de linguagem cinematográfica, Pray Away (2021) adota uma estética intimista e sensível, privilegiando planos fechados e depoimentos diretos à câmera. Essa escolha aproxima o espectador das emoções dos entrevistados, tornando o sofrimento visível e humano. O contraste entre os discursos religiosos gravados em arquivo e os relatos reforça o caráter crítico da narrativa, pois evidencia como a retórica de “cura” foi, por décadas, legitimada por instituições e líderes religiosos.

Assim como Boy Erased (2018), o documentário ultrapassa o campo artístico e assume uma função social e política: a de ressignificar o trauma coletivo vivenciado por pessoas LGBTQIAPN+ em contextos religiosos excludentes. Ambos os filmes, ainda que valendo-se de linguagens distintas, o primeiro pela ficção e o segundo pelo testemunho, se articulam na denúncia das terapias de reversão sexual e na defesa da dignidade humana como princípio inegociável da prática psicológica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este artigo científico, foi possível considerar que os impactos psicológicos e sociais da terapia de reversão sexual em pessoas LGBTQIAPN+ inseridas em contextos religiosos afetam a saúde mental, a construção da identidade e os direitos fundamentais desse segmento populacional.

Desse modo, observa-se que a discussão acadêmica encontra eco também em produções culturais contemporâneas, como o filme *Boy Erased* (2018), baseado na trajetória real de Garrard Conley, e o documentário *Pray Away* (2021), dirigido por Kristine Stolakis. Ambas as obras, embora adotem linguagens diferentes, a ficcional e a documental, convergem ao denunciar as violências simbólicas, morais e psicológicas associadas às terapias de conversão sexual. Enquanto *Boy Erased* (2018) dramatiza o percurso subjetivo de um jovem submetido à repressão religiosa e identitária, *Pray Away* (2021) amplia essa reflexão ao apresentar relatos reais de sobreviventes e ex-líderes do movimento “ex-gay”, revelando os danos psicológicos, a vergonha internalizada e os traumas de longa duração que resultam dessas práticas.

As representações audiovisuais, nesse contexto, funcionam como dispositivos de memória e resistência. Elas traduzem, de forma acessível e sensível, as perspectivas apresentadas pela literatura científica e pela psicologia contemporânea: a ineficácia e o potencial danoso das terapias de reversão sexual, bem como sua incompatibilidade com os princípios éticos da profissão. Essas obras reafirmam que a tentativa de “cura” da orientação sexual ou da identidade de gênero constitui uma violação dos direitos humanos, conforme já reconhecido por instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012), a Associação Americana de Psicologia (APA, 2013) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999).

Dessa forma, reforça-se a urgência de fortalecer políticas públicas, práticas clínicas responsáveis e ações educativas que promovam a aceitação da diversidade sexual e de gênero. A presença de obras culturais como *Boy Erased* (2018) e *Pray Away* (2021) amplia a visibilidade social do debate, sensibiliza o público e reafirma que a Psicologia deve manter-se comprometida com a promoção da saúde mental, da autonomia e da dignidade da pessoa humana.

Considerando a persistência da utilização de terapias de reversão sexual em ambientes religiosos, mesmo diante da condenação expressa por organismos científicos e de direitos humanos, evidencia-se que tais intervenções, ao combinarem discursos normativos religiosos a estratégias terapêuticas sem respaldo científico, produzem efeitos profundos na subjetividade e na saúde mental dos indivíduos. Esses impactos, frequentemente mascarados por argumentos que invocam a liberdade religiosa ou a autonomia terapêutica, configuram formas de violência institucionalizada e simbólica.

Os resultados da pesquisa bibliográfica empreendida para realizar este TCC, ao reunir evidências sobre os impactos emocionais e identitários dessas práticas, especialmente no contexto religioso, além do valor acadêmico e ético, apresenta uma relevante contribuição acadêmico-científica, que confirma a função social da Psicologia.

Assim, o estudo visou fortalecer a articulação entre políticas públicas e atuação clínica fundamentada no respeito à diversidade, na promoção do cuidado ético e no acolhimento integral da subjetividade. Ao mapear os efeitos emocionais e os discursos que legitimam tais práticas, este trabalho contribui para a construção de um conhecimento comprometido com a justiça social, os direitos humanos e o desenvolvimento de políticas de saúde mental inclusivas e antidiscriminatórias.

REFERÊNCIAS

- APA. American Psychological Association. **Report of the task force on appropriate therapeutic responses to sexual orientation**. Washington, DC: APA, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Projeto de Lei n.º 234**, de 2 de junho de 2011: susta a aplicação do parágrafo único do art. 3º e o art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia n.º 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=50541>. Acesso em: 15 out. 2025.
- BRASIL. **Projeto de Lei n.º 4.931**, de 6 de abril de 2016: dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção à dignidade humana. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2081600>. Acesso em: 15 out. 2025.
- BROWN, L. S.; BROWN, C. Trauma and Transformation: The impact of shame in religiously mediated conversion practices. **Journal of Trauma & Dissociation**, v. 21, n. 6, p. 623-640, 2020.
- BOY Erased (Uma Verdade Anulada). Direção: Joel Edgerton. Intérpretes: Lucas Hedges, Nicole Kidman, Russell Crowe, Joel Edgerton *et al.* Roteiro: Joel Edgerton. Estados Unidos: Universal Pictures, 2018. 115 min. sonoro. Color, 35 mm.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n.º 001**, de 22 de março de 1999: estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: CFP, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Decisão Judicial Referente ao Processo de Rozângela Alves Justino**. Brasília: CFP, 2009. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Decis%C3%A3o-Liminar-RES.-011.99-CFP.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- CONLEY, Garrard. **Boy Erased: a memoir of identity, faith and family**. New York: Riverhead Books, 2016.
- DAMETTO, Jarbas; SCHMIDT, Júlia Cristina. Entre Conceitos e Preconceitos: a patologização da homossexualidade em Psychopathia Sexualis de Richard von Krafft-Ebing. **Revista Perspectiva**. Erechim, v. 39, n. 148, p. 111-121, dez. 2015.
- DRESCHER, J. Out of DSM: depathologizing homosexuality. **Behavioral Sciences**, v. 5, n. 4, p. 565-575, 2016.

FLENTJE, A.; BIELEFELDT, A.; PEREZ, R. M.; WELLS, G.; BOWMAN, J. P. Negative Outcomes Associated with Sexual Orientation Change Efforts: a qualitative synthesis. **LGBT Health**, v. 1, n. 3, p. 252-261, 2013.

FRÓES, Anelise; BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. **Entre Curas e Terapias**: práticas de conversão sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: All Out; Instituto Matizes, 2022.

GALVÃO, Vinícius Queiroz. Psicóloga que diz “curar” gay vai a julgamento em conselho. **Folha de São Paulo**: cotidiano. São Paulo, 14 jul. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1407200913.htm>. Acesso em: 28 mar. 2025.

GAMA, Maria Clara Brito da. Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 31, p. 4-27, abr. 2019.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MATTOS, Amana Rocha. “Terapias de conversão”: histórico da (des)patologização das homossexualidades e embates jurídicos contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe 3, p. 49-61, 2019.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. Religião, Política e Direitos Sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. **Religião e Sociedade**, v. 39, n. 2, p. 175-199, 2019.

HALDEMAN, Douglas C. Therapeutic Antidotes: helping gay and bisexual men recover from conversion therapies. **Journal of Gay & Lesbian Psychotherapy**, v. 5, n. 3-4, p. 117-130, 2002.

HALDEMAN, Douglas C. The Pseudo-science of Sexual Orientation Conversion Therapy. **Anglican Theological Review**, v. 84, n. 1, p. 103-113, 2002.

KRAFFT-EBING, R. von. **Psychopathia Sexualis**. Leipzig: F. Enke, 1886.

MACEDO, Cássio M. R.; SÍVORI, Horacio F. Repatologizando a Homossexualidade: a perspectiva de “psicólogos cristãos” brasileiros no século XXI. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 4, p. 1415-1436, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NABERO, Ana Paula Pereira; DANTAS FILHO, Ronaldo Braga; NEVES, André Luiz Machado das; FERREIRA, Breno de Oliveira. “Cura Gay” e “Terapias de Conversão Religiosa”: incursão analítica histórica pelos percursos discursivos das ciências psi. **Memorandum**: memória e história em Psicologia, v. 41, e46272, 2024.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Classificação Internacional de Doenças (CID-10)**. Genebra: OMS, 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração ministerial sobre a eliminação da violência e da discriminação contra indivíduos em razão da orientação sexual e identidade de gênero**. Nova York: ONU, 26 set. 2013.

Atualizado em: 31 out. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/pronunciamento-na-reuniao-sobre-papel-da-onu-para-eliminacao-da-violencia-e-da-discriminacao-contra-pessoas-lgbt-nova-york-26-de-setembro-de-2013. Acesso em: 28 mar. 2025.

OOSTERHUIS, Harry. Sexual Modernity in the Works of Richard von Krafft-Ebing and Albert Moll. **Medical History**: Cambridge University Press, v. 56, n. 2, p. 133-155, 2012. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3381524/>. Acesso em: 15 out. 2025.

PAHO. Pan American Health Organization. **“Cures” for an Illness that does not Exist**: purported therapies aimed at changing sexual orientation lack medical justification and threaten health. Washington, D.C.: PAHO/WHO, 2012. Disponível em: <https://www.paho.org/en/documents/cures-illness-does-not-exist>. Acesso em: 5 out. 2025.

PERES, Julio Fernando Prieto; SIMÃO, Manoel José Pereira; NASELLO, Antonia Gladys. Espiritualidade, Religiosidade e Psicoterapia. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, supl. 1, p. 136-145, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/YFghx4LyPBm6vVMH78Z4h8J/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2025.

PRAY, Away. Direção: Kristine Stolakis. Produção: Jessica Devaney. Estados Unidos: Documentário, Multitude Films, **Netflix**, 2021. 101 min., sonoro. Color, 35 mm.